Reunião Técnica com os Autores dos Textos do Cenário Atual



PACTO CONTRA O FEMINICÍDIO NO ESTADO DO CEARÁ

ALECE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

CENTRO DE ESTUDOS E ATIVIDADES ESTRATÉGICAS

27 - Outubro - 2026

Requerimento nº 248/2025 - Autoria da Dep. Larissa Gaspar.

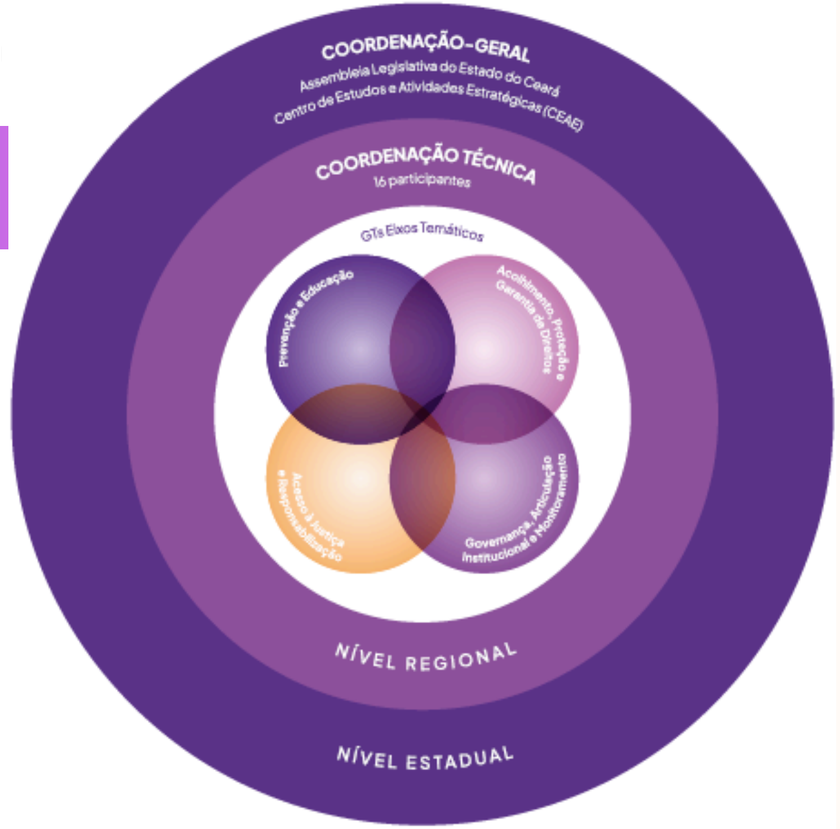


PACTO CONTRA O FEMINICÍDIO NO ESTADO DO CEARÁ

Objetivo do Pacto

Construir políticas públicas eficazes e integradas, que abranjam desde a prevenção e proteção das vítimas até a responsabilização

Nossa estrutura



Proximas publicações

Cenário Atual – Enfrentamento ao Feminicídio no Estado do Ceará

Plano de Ações Integradas do Pacto Contra o Feminicídio

COORDENAÇÃO TÉCNICA GERAL

Secretaria das Mulheres do Ceará

Secretaria da Educação do Estado do Ceará – SEDUC

Departamento de Proteção aos Grupos Vulneráveis – DPGV

TJCE – Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

DPCE – Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

MPCE – Núcleo Estadual de Gênero Pró-Mulher

Secretaria das Mulheres de Fortaleza – SEMULHER

Conselho Cearense dos Direitos da Mulher – CCDM

Conselho Municipal da Mulher de Fortaleza – CMMF

Casa da Mulher Brasileira em Fortaleza

UECE/NAH – Núcleo de Acolhimento Humanizado às Mulheres em Situação de Violência

UFC/NEGIF – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família

Instituto Maria da Penha

Fórum Cearense de Mulheres

Marcha Mundial de Mulheres

OAB-CE – Comissão da Mulher Advogada

Coordenado pelo Centro de Estudos e Assuntos Estratégicos da Alece

O que são eixos

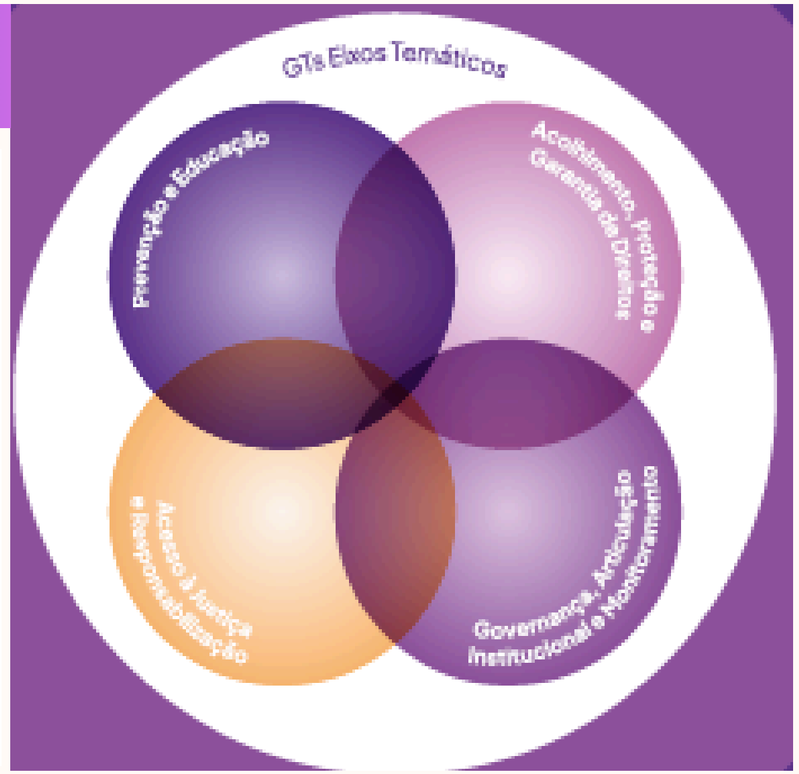
PACTO CONTRA O FEMINICÍDIO NO ESTADO DO CEARÁ

Os eixos temáticos são **formas de organizar o trabalho coletivo**, agrupando as ações e contribuições de acordo com as diferentes áreas de atuação no enfrentamento ao feminicídio.

Os eixos temáticos

Políticas complexas exigem organização estratégica.

O feminicídio é um fenômeno multicausal e demanda ações articuladas de prevenção, proteção, responsabilização, governança e monitoramento.





Nossa primeira publicação coletiva do Pacto

É um documento introdutório que formaliza o compromisso institucional e abre o processo de construção do Pacto contra o Feminicídio no Ceará.

- apresentar o Pacto contra o Feminicídio no Ceará
- registrar as lideranças e equipes envolvidas
- contextualizar o compromisso político e institucional com o tema

PAUTA DA REUNIÃO

SISTEMATIZAÇÃO DOS TEXTOS

VALIDAÇÃO PELOS AUTORES

LANÇAMENTO DO CENÁRIO ATUAL

PRAZOS E RESPONSABILIDADES

SEMINÁRIO DE BOAS PRÁTICAS

PARTICIPAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES

METODOLOGIA

I - Fase Preparatória

- Elaboração de proposta metodológica inicial.
- Mapeamento e identificação das instituições que atuam nos diferentes segmentos relacionados à prevenção, proteção, responsabilização e promoção dos direitos das mulheres.
- Constituição da Coordenação Técnica.
- Produção da publicação "**Iniciando o Diálogo**", como instrumento orientador.
- Aprovação da metodologia na Coordenação Técnica.
- Lançamento do Pacto contra o Feminicídio no Ceará.

II - Fase de Construção Participativa e Territorial

- Constituição de Grupos de Trabalho por eixo temático.
- Detalhamento da metodologia de construção do diagnóstico por eixo temático.
- Nivelamento conceitual e estratégico por meio de seminários e reuniões técnicas, relacionadas à violência de gênero e ao feminicídio.
- Elaboração do diagnóstico situacional por eixo temático (Regiões de Planejamento de Fortaleza, do Cariri e de Sobral).
- Consolidação do **Cenário Atual do Feminicídio no Estado do Ceará** – validado no I Encontro Estadual do Pacto Contra o Feminicídio.
- **Publicação Oficial do Cenário.**

III - Fase de Pactuação e Consolidação

- Diálogos regionais para identificar desafios prioritários por eixo temático.
- Sistematização estadual dos desafios levantados regional e municipalmente.
- Seminários temáticos sobre boas práticas, protocolos, tecnologias sociais e experiências exitosas
- II Encontro Estadual para: Formalização de compromissos institucionais.
- Consolidação e aprovação do **Plano de Ações Integradas do Pacto contra o Feminicídio no Estado do Ceará.**
- Divulgação institucional à sociedade.

Janeiro / Fevereiro / Março

Março / Abril / Maio / Junho / Julho / Agosto / Setembro

Setembro / Outubro / Novembro / Dezembro

ESTRUTURA DA PUBLICAÇÃO

RESPONSABILIDADES DE ESCRITA

SUMÁRIO

PARTE I – ASPECTOS GERAIS

1. CONSTRUÇÃO DO PACTO CONTRA O FEMINICÍDIO
1.1 Metodologia e processo de construção do Pacto contra o Feminicídio
1.2 Objetivos e compromissos do Pacto
2. MARCO CONCEITUAL E NORMATIVO
2.1 Conceitos de violência de gênero e feminicídio
2.1.1 Tipos e Ciclos da Violência
2.2 Fundamentos normativos
2.2.1 Legislação federal
2.2.2 Legislação estadual
2.2.3 Normas e protocolos internacionais
2.3 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
3. O FEMINICÍDIO NO BRASIL E NO CEARÁ
3.1 Panorama Nacional
3.2 Panorama do feminicídio no Ceará
4. DADOS E INDICADORES SOBRE FEMINICÍDIO NO CEARÁ
4.1 Bases de dados e sistemas de informações
4.2 Indicadores disponíveis
4.3 Integração entre sistemas de informação
4.4 Desafios na produção e consolidação dos dados
4.5 Perfil dos casos de feminicídio no Ceará
5. REDE DE ATENDIMENTO E INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO
5.1 Políticas para as Mulheres
5.1.1 Ministério das Mulheres
5.1.2 Secretaria das Mulheres do Ceará
5.1.2.1 Conselho Cearense dos Direitos da Mulher
5.1.3 Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres
5.1.4 Procuradorias Especiais da Mulher no Ceará
5.2 Educação como Estratégia de Prevenção
5.3 Estrutura da Rede
5.3.1 Casas da Mulher
5.3.1.1 Casa da Mulher Brasileira
5.3.1.2 Casas da Mulher Cearense
5.3.1.3 Casas da Mulher Municipais
5.3.2 Sistema Único de Assistência Social
5.3.2.1 Equipamentos e serviços da Assistência Social: Cras, Creas e Unidades de Acolhimento
5.3.3 Sistema Único de Saúde
5.3.3.1 Rede Pontos de Luz
5.3.4 Salas Lilás
5.3.4.1 Salas Lilás no Ceará
5.3.5 Segurança Pública
5.3.5.1 Delegacias de Defesa da Mulher
5.3.5.2 Grupo de Apoio às Vítimas de Violência
5.3.5.3 Grupos Especializados e Patrulhas Maria da Penha
5.3.6 Sistema de Justiça
5.3.6.1 Poder Judiciário
5.3.6.2 Ministério Público
5.3.6.3 Defensoria Pública
5.4 Instrumentos de Proteção e Responsabilização
5.4.1 Medidas Protetivas de Urgência
5.4.1.1 Descumprimento das medidas protetivas
5.4.2 Monitoramento de Agressores
5.4.3 Grupos reflexivos e programas de responsabilização
5.5 Fluxos e Integração da Rede
6. POLÍTICAS, AÇÕES E INICIATIVAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO A VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES
6.1 Programas e Ações Governamentais
6.1.1 Programas e políticas federais com incidência no Ceará
6.1.2 Programas e políticas estaduais
6.1.3 Programas e Ações Municipais
6.1.4 Campanhas institucionais de prevenção
6.1.5 Ações de capacitação e formação para o enfrentamento da violência contra as mulheres
6.2 Iniciativas Institucionais
6.2.1 Sistema de Justiça
6.2.2 Segurança Pública
6.2.3 Academia
6.2.4 Sociedade Civil
6.2.5 Parcerias e Cooperação Interinstitucional
6.2.5.1 Percepção das instituições sobre a cooperação interinstitucional
6.2.6 Governança Territorial
7. FINANCIAMENTO E ORÇAMENTO DAS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
7.1 Financiamento e apoio institucional às políticas de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher
7.2 Ceará Credi Mulher: microcrédito produtivo e autonomia econômica
7.3 Orçamento destinado às Políticas para as Mulheres – 2025

PARTE II – ANÁLISE DO CENÁRIO A PARTIR DOS EIXOS TEMÁTICOS

8. Prevenção e Educação
9. Acolhimento, Proteção e Garantia de Direitos
10. Acesso à Justiça e Responsabilização
11. Governança, Articulação Institucional e Monitoramento

PARTE III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

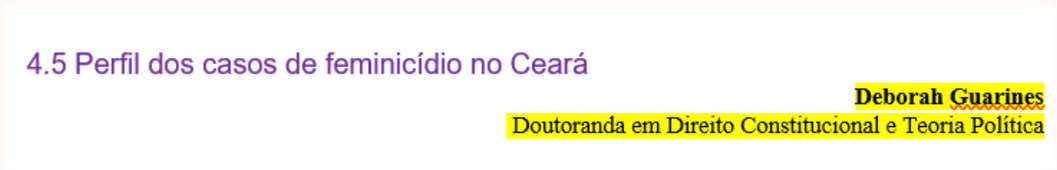
12. PERSPECTIVAS PARA O PLANO ESTADUAL DO PACTO
12. REFERÊNCIAS
13. ANEXOS
13.1 Registro de Participantes na Construção Coletiva do Pacto
13.2 Onde Buscar Ajuda

SISTEMATIZAÇÃO

REORGANIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS TEXTOS

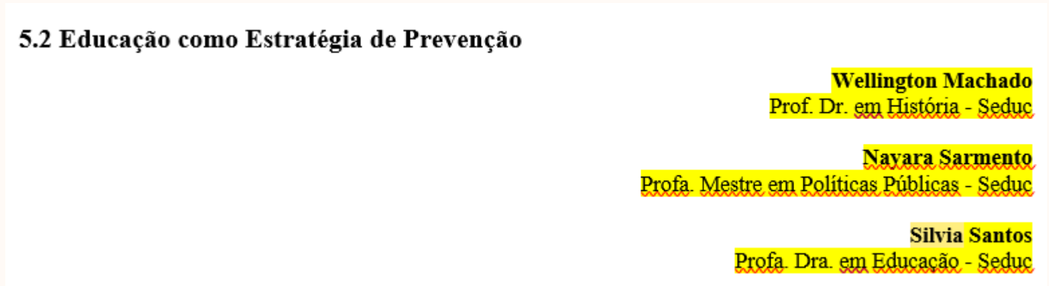
- Reorganização e reestruturação dos conteúdos para melhor apresentação da publicação;
- Adequação e aprimoramento da redação dos textos;
- Integração de textos que abordavam temáticas semelhantes, evitando sobreposições e favorecendo a articulação dos conteúdos;
- Ajustes na estrutura e na sequência dos temas, visando garantir maior clareza, coerência e unidade à publicação.

EXEMPLOS



4.5 Perfil dos casos de feminicídio no Ceará

Deborah Guarines
Doutoranda em Direito Constitucional e Teoria Política

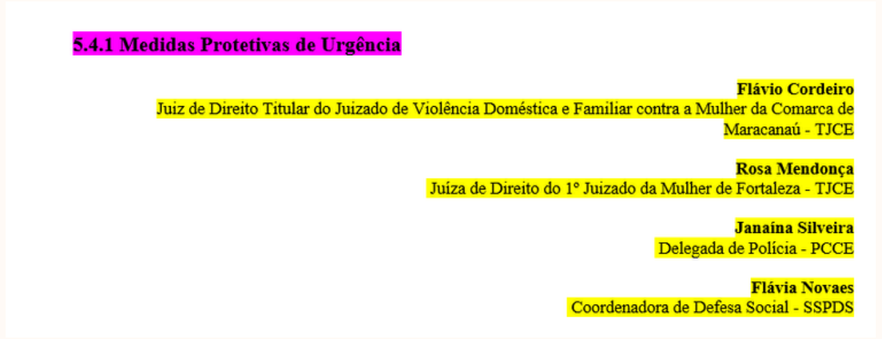


5.2 Educação como Estratégia de Prevenção

Wellington Machado
Prof. Dr. em História - Seduc

Nayara Sarmento
Profa. Mestre em Políticas Públicas - Seduc

Silvia Santos
Profa. Dra. em Educação - Seduc



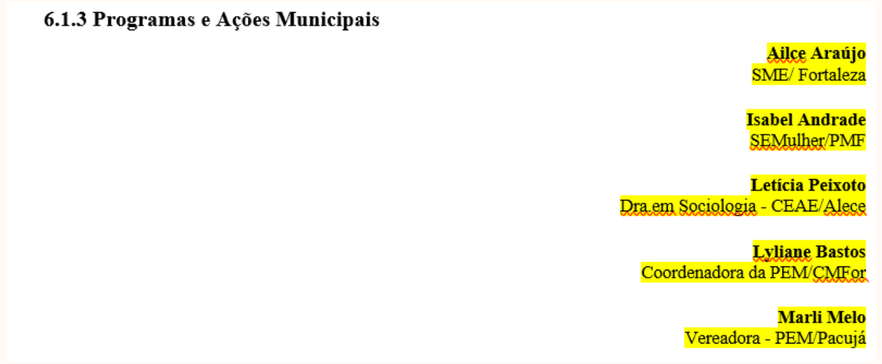
5.4.1 Medidas Protetivas de Urgência

Flávio Cordeiro
Juiz de Direito Titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Maracanaú - TJCE

Rosa Mendonça
Juíza de Direito do 1º Juizado da Mulher de Fortaleza - TJCE

Janaína Silveira
Delegada de Polícia - PCCE

Flávia Novaes
Coordenadora de Defesa Social - SSPDS



6.1.3 Programas e Ações Municipais

Ailce Araújo
SME/ Fortaleza

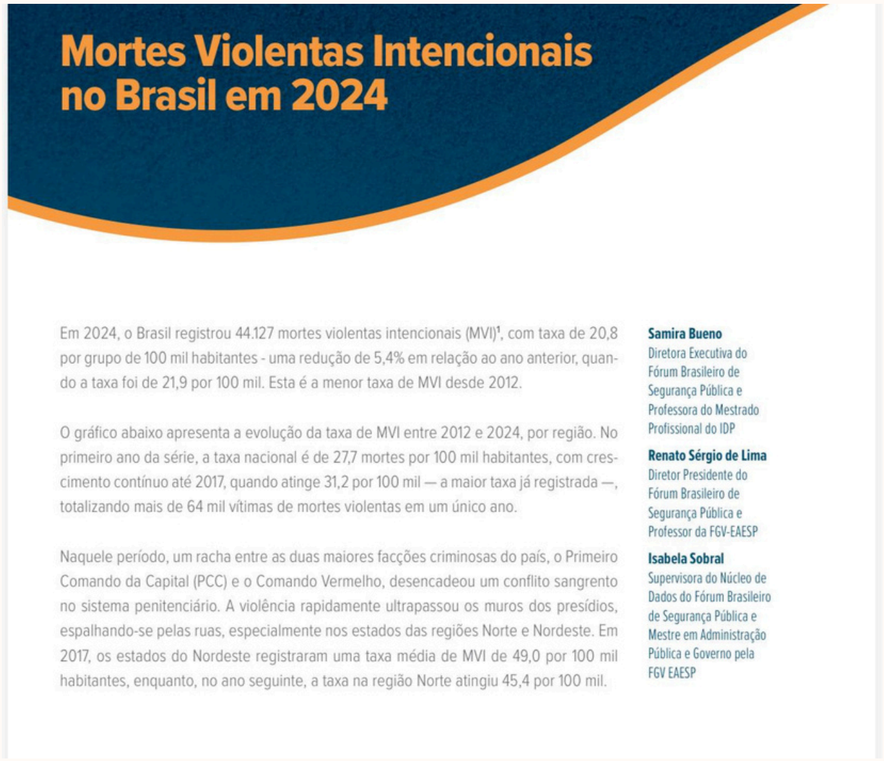
Isabel Andrade
SEMulher/PMF

Letícia Peixoto
Dra.em Sociologia - CEAE/Alece

Lyliane Bastos
Coordenadora da PEM/CMFor

Marli Melo
Vereadora - PEM/Pacujá

EXEMPLO DOS CRÉDITOS



Mortes Violentas Intencionais no Brasil em 2024

Em 2024, o Brasil registrou 44.127 mortes violentas intencionais (MVI)[1], com taxa de 20,8 por grupo de 100 mil habitantes - uma redução de 5,4% em relação ao ano anterior, quando a taxa foi de 21,9 por 100 mil. Esta é a menor taxa de MVI desde 2012.

O gráfico abaixo apresenta a evolução da taxa de MVI entre 2012 e 2024, por região. No primeiro ano da série, a taxa nacional é de 27,7 mortes por 100 mil habitantes, com crescimento contínuo até 2017, quando atinge 31,2 por 100 mil — a maior taxa já registrada —, totalizando mais de 64 mil vítimas de mortes violentas em um único ano.

Naquele período, um racha entre as duas maiores facções criminosas do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho, desencadeou um conflito sangrento no sistema penitenciário. A violência rapidamente ultrapassou os muros dos presídios, espalhando-se pelas ruas, especialmente nos estados das regiões Norte e Nordeste. Em 2017, os estados do Nordeste registraram uma taxa média de MVI de 49,0 por 100 mil habitantes, enquanto, no ano seguinte, a taxa na região Norte atingiu 45,4 por 100 mil.

Samira Bueno
Diretora Executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Professora do Mestrado Profissional do IDP

Renato Sérgio de Lima
Diretor Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Professor da FGV-EAESP

Isabela Sobral
Supervisora do Núcleo de Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Mestre em Administração Pública e Governo pela FGV EAESP

VALIDAÇÃO DOS TEXTOS E PRAZO DE DEVOLUÇÃO

- **Conferência e validação:** revisar o texto, verificando a precisão das informações e dos dados apresentados.
- **Adequações necessárias:** avaliar a necessidade de incluir, excluir ou corrigir informações, bem como realizar os ajustes pertinentes ao conteúdo, com controle de alterações no word.
- **Prazo para devolução**: até **03 de novembro de 2026,** com o envio da versão revisada ou a confirmação de aprovação do texto.
- **Publicação:** caso não haja retorno até o prazo estabelecido, será considerada validada a versão enviada ao autor.

ARTICULAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES INTEGRADAS

Seminário de Boas Práticas

Oportunidade de identificar iniciativas que possam inspirar, fortalecer e orientar a construção do Palno de Ações.

- Identificação de iniciativas exitosas
- Conexão com os nossos desafios/lacunas apontadas nos eixos temáticos

Plano de Ações Integradas



Seminário de Boas Práticas

apresentação e compartilhamento das experiências identificadas



QUAIS INFORMAÇÕES ESTAMOS SOLICITANDO

Indicação de Experiências Exitosas

Quando você enviar este formulário, ele não coletará automaticamente seus detalhes, como nome e endereço de email, a menos que você mesmo o forneça.

* Obrigatória

Seu nome completo *

Insira sua resposta

Instituição que você representa *

Insira sua resposta

Eixo temático que você deseja contribuir com a indicação da experiência exitosa *

- ◯ Eixo 1: Prevenção e Educação
- ◯ Eixo 2: Acolhimento, Proteção e Garantia de Direitos
- ◯ Eixo 3: Acesso à Justiça e Responsabilização
- ◯ Eixo 4: Governança, Articulação Institucional e Monitoramento

Avançar

Eixo 1: Prevenção e Educação

Durante o processo de construção coletiva do Pacto contra o Feminicídio foram identificados os seguintes desafios e lacunas nesse eixo temático:

Desafios:

- 1. Realizar formação para profissionais da esfera pública sobre violência de gênero, contemplando as Secretaria de Educação, Saúde, Segurança, Assistência Social, dentre outras;
- 2. Melhorar a estratégia de divulgação, a exemplo de Campanhas, dos serviços existentes na rede de proteção envolvendo os setores públicos e da sociedade civil;
- 3. Efetivar o diálogo entre instituições educacionais: federais, estaduais e municipais.

Lacunas:

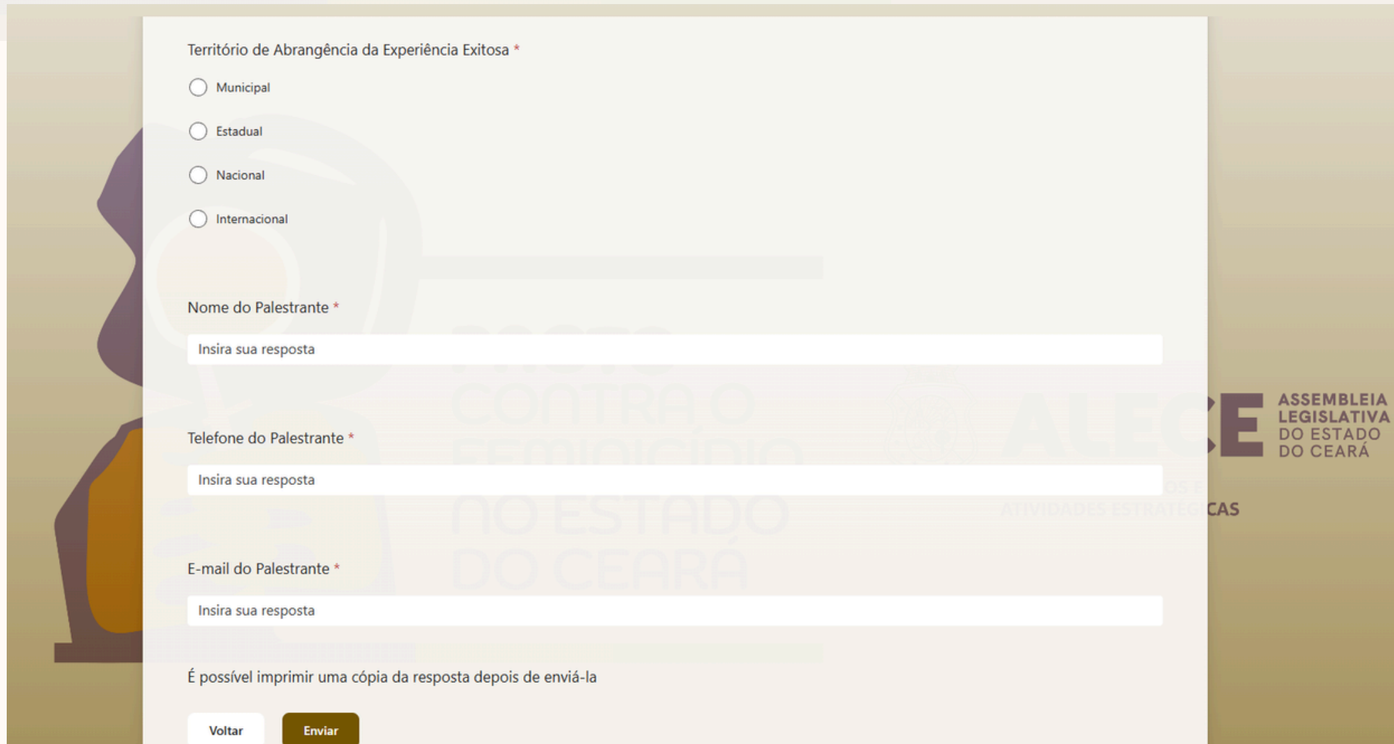
- 1. Ausência de campanhas educativas e preventivas permanentes nas redes sociais com linguagem acessível direcionada à juventude, nos transportes coletivos públicos, nas escolas (além "prateleira Maria da Penha") e nos espaços religiosos - igrejas evangélicas, católicas e demais espaços de expressões da fé);
- 2. Falta de interiorização das Políticas Públicas para mulheres;
- 3. Necessidade de formação dos professores da educação básica, ensino médio e ensino superior em gênero e de fortalecimento da Comissão de proteção e prevenção a violência contra crianças e adolescentes.

A partir dos desafios e lacunas identificados, indique experiências exitosas que contribuam para o seu enfrentamento e possam ser compartilhadas no Seminário de Boas Práticas do Pacto contra o Feminicídio.

Nome da Experiência Exitosa *

Solicitamos o preenchimento de todas as informações e dos respectivos contatos para possibilitar o diálogo e a organização do evento.

Insira sua resposta



Obrigada!

